

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL**

Alega ter apresentado a melhor proposta de preços para o item, além de ofertar produto que atende perfeitamente as especificações do edital. Ofertou-se pneu da marca KUHMO, modelo KRD02, apto para rodagem e aplicação em terrenos mistos, com e sem pavimentação, tal como o exigido.

Declara que ao comparar o produto ofertado pela recorrente com o da licitante **GL COMERCIAL**, nota-se claramente que possuem características técnicas similares, sendo que, em alguns aspectos, a recorrente apresentou produto até mesmo superior.

Pelo exposto, requer a reforma da decisão do pregoeiro, a fim de classificar a recorrente para o **item 25**.

**b) Da inabilitação da licitante GL COMÉRCIO**

Afirma que a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica inválido além da ausência de qualificação econômico-financeira.

Aduz que o atestado apresentado demonstra uma suposta execução de serviços no período de 01/10/2014 a 28/03/2017. Contudo, ao analisar o contrato social da empresa, verifica-se que a mesma foi constituída e passou efetivamente a funcionar somente em janeiro/2016. Desta forma, surgem dúvidas sobre a forma que a empresa prestou serviços entre outubro/2014 a dezembro/2015. Assevera que tal documento não pode ser aceito e nem servir de base para comprovação de capacidade técnica da recorrida, cabendo ainda abertura de processo administrativo para avaliar a questão.

Alega que a recorrida fora habilitada para os itens **01, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, e 51**, totalizando um montante de R\$ 9.046.618,90 (nove milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e noventa centavos).

No entanto, a qualificação econômico-financeira não foi atendida pela licitante. O edital preceitua no item 14.3.3, alínea “b”:

**14.3.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**b) Balanço Patrimonial**, referente ao exercício de 2015, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes, para que o Pregoeiro possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social Integralizado (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

Pela lógica do item supracitado, a recorrida teria de demonstrar em seu balanço patrimonial um valor de patrimônio líquido/capital social de R\$ 904.661,89 (novecentos e